

ATA COMPLETA
(Degravação do áudio)

Audiência Pública LE GRAND JARDIN- Data de realização: 21 de junho de 2022

Legenda:

(mm:ss): tempo da fala.

(...): trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): palavra ou trecho sem compreensão.

Áudio P1

Senhor Antonio Terra (00:05)

Boa noite a todos. Em nome Brasília Ambiental gostaria de dar as boas vindas para todos os participantes da nossa audiência pública. Hoje estamos reunidos para mais uma audiência pública referente ao licenciamento ambiental do estudo de relatório de impacto de vizinhança, o RIVI, para parcelamento de solo urbano referente ao licenciamento ambiental referente à licença prévia do empreendimento denominado LE GRAND JARDIN, localizado na região administrativa do Jardim Botânica, quilômetro quatro da Rodovia DF140. Sou Antonio Terra trabalho na assessoria técnica do licenciamento ambiental. Vou conduzir os trabalhos da audiência pública e inicialmente a gente vai fazer a leitura do regramento da audiência pública das principais questões aqui que envolvem o procedimento da audiência pública para que todos possam ter ciência de como a gente aqui conduz o trabalho e como é feita a audiência pública e a participação dos interessados. Em virtude das medidas de enfrentamento e como medida de precaução da emergência de saúde pública referente à pandemia da COVID-19, bem como visando uma maior participação da sociedade dos interessados referente a essa audiência pública ela é realizada no formato online com transmissão pelo canal do YouTube do Brasília Ambiental. Hoje dia 21 de junho de 2022 com início as 19h00 e encerramento previsto para as 21h45 minutos já incluindo o intervalo de quinze minutos e a possibilidade de prorrogação da audiência pública por mais trinta minutos. O embasamento legal dessa audiência pública tem como normativa a Instrução do IBRAM número 27 de agosto de 2020 que instituiu a audiência pública virtual nos processo de licenciamento ambiental, a Resolução CONAMA 494 também de agosto de 2020 que estabeleceu em caráter excepcional e temporário nos casos de licenciamento a possibilidade da realização da audiência pública remota. Além desses dois normativos essa audiência pública ela também começa a ser embasada pela Instrução Normativa da Secretaria de Comunicação do DF, a SECOM, Instrução Normativa número quatro de primeiro de junho de 2022 que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta ou indireta do DF nos três meses que antecedem a eleição. Então, nesse sentido além das redes sociais do canal do Brasília Ambiental posteriormente essa ela também vai ter a documentação inserida no site da Agência Brasília. Bom, informações referentes ao processo que a gente vai tratar hoje do licenciamento ambiental. Número do processo 0039100018652/2021-43, empreendimento LE GRAND JARDIN localizado na Região Administrativa do Jardim Botânico, quilômetro quatro, Rodovia DF140. Tipo de licença é a licença prévia, atividade de parcelamento de solo, interessado Le Grand Jardin Empreendimentos Imobiliários LTDA e as empresas responsáveis pela elaboração do estudo a PETRIAN Consultoria e Projetos Ambientais e DANKE Consultoria. Os avisos da audiência pública foram devidamente publicados conforme previsto no Artigo Quinto da Lei 5081 de março de 2013, no site e redes sociais do Brasília Ambiental conforme Instrução Normativa 27 de 2020. A documentação, os estudos, o regulamento da audiência pública podem ser acessados no site do Brasília Ambiental e a partir do dia dois de julho no site também da Agência Brasília. O objetivo dessa audiência pública é a discussão e apresentação do estudo de relatório de impacto de vizinhança, o RIVI, referente ao processo do empreendimento LE GRAND JARDIN para colher sugestões, contribuições para o aprimoramento do processo de licenciamento com base na Resolução CONAMA 9 de 87 e na Lei Distrital 5081 de 2013. Em relação ao trâmite do processo de licenciamento da audiência pública é importante frisar que o parcelamento de solo ele está dentro do licenciamento trifásico começando pela licença prévia que é onde a gente faz aqui a etapa obrigatória da audiência pública. É importante destacar ainda que a audiência pública serve para colher informações, os questionamentos, as dúvidas, aprimorar o processo de licenciamento e em especial o estudo ambiental. A audiência pública ela então, é um fórum de discussão desse tema, não é um fórum de decisão, bem como lembrar que existem outras possibilidades de participação da sociedade, dos interessados dentro do processo de licenciamento. A gente pode citar o acompanhamento do processo pelo sistema SEI como usuário externo. A solicitação que podem ser encaminhadas pela Ouvidoria do IBRAM, Ouvidoria do GDF e apresentação de manifestação seja por carta ou até mesmo com a realização de alguma reunião técnica se for necessário. A transmissão da audiência pública é feita pelo canal institucional do Brasília Ambiental e

considerando o que é previsto na Resolução CONAMA 494 de 2020 existe o ponto físico de acesso para quem tenha alguma dificuldade ou não tenha acesso a internet para que possa acompanhar a audiência pública virtual. Esse ponto está disponibilizado na sala 10 do Centro de Práticas Sustentáveis, o CPS, do Brasília Ambiental localizado na entrada do Jardim Mangueiral, próximo à DF001. Bom, em relação ao trâmite para encaminhamento das contribuições e das perguntas vou solicitar se puderem botar a tela para que a gente mostre para vocês como é que se dá o encaminhamento das contribuições. A gente tem três canais que a gente deixa disponíveis para que as contribuições, os encaminhamentos, os questionamentos possam ser apresentados aqui para a mesa. O primeiro canal é pelo WhatsApp pelo telefone (61) 99248 9698 preferencialmente no formato de texto deixando o formato de áudio para quem tem alguma dificuldade em relação ao formato de texto. O outro formato possível é pelo e-mail com contribuições que podem ser encaminhadas para o e-mail do licenciamento. ibram@gmail.com. No site do IBRAM um formulário que é disponibilizado para que possa facilitar o encaminhamento pelo e-mail. Além, do WhatsApp e do e-mail caso seja necessário pode ser apresentado alguma documentação nesses canais e essa documentação ela é integrada à ata completa que é disponibilizada posteriormente à audiência pública. No chat do YouTube também a gente é um canal válido desde que haja também a identificação do interessado para que a gente possa fazer o encaminhamento das contribuições aqui para a mesa. Então, o chat do YouTube ele fica aberto como um canal de interação, de comunicação entre os participantes que podem encaminhar seus questionamentos por este canal. A gente tem um colaborador que fica acessando aí o chat para que possa colaborar com vocês. Qualquer pessoa pode se manifestar na audiência pública, exclusivamente, na forma online no formato dessa audiência pública pelo número do WhatsApp que está aparecendo aí na tela para vocês, pelo e-mail e pelo canal do YouTube. É interessante lembrar que deve ser feita a identificação do interessado com nome completo. Se ele for representante de algum grupo, alguma entidade, alguma associação que faça também essa referência para que possa constar essa identificação na ata da audiência pública. As mensagens que não contenham a identificação do interessado ou da interessada não são consideradas válidas e incluídas na audiência pública justamente pela questão da identificação. As manifestações devem ser realizadas de forma objetiva para que a gente tenha um melhor aproveitamento do tempo de discussão da audiência pública voltadas para a questão principal em relação ao estudo ambiental que vai ser apresentado, os aspectos e impactos ambientais e encaminhadas aí pelos canais que a gente citou preferencialmente por texto que eu já citei aqui para vocês deixando a questão das manifestações por áudio para quem tiver alguma dificuldade. Alguma questão que for encaminhada para a mesa que não conseguir ser atendida em sua plenitude a resposta durante o horário da audiência pública a gente registra isso na ata da audiência pública para que possa ser depois incorporada dentro da ata completa a resposta completa que vai ser encaminhada posteriormente ou pelo Brasília Ambiental ou pelo empreendedor de sua consultoria ambiental para que possa constar e quem fez a manifestação tenha acesso completo a essa resposta. A ordem de encaminhamento das manifestações é de acordo com a ordem de chegada das mensagens podendo ser agrupadas por tema para a gente facilitar o encaminhamento das contribuições e o encaminhamento das respostas aqui pela mesa. Independente de ter participado ou não da transmissão da audiência pública qualquer cidadão poderá no prazo máximo de até dez dias contados da data da realização dessa audiência pública encaminhar suas contribuições, seus questionamentos e solicitar a indexação de documentação também pelo e-mail citado licenciamento.ibram@gmail.com ou pelo licenciamento@ibram.df.gov.br onde serão posteriormente respondidos e incluídos na ata completa que é publicada em até 30 dias após a realização dessa transmissão. O vídeo fica com a transmissão disponível no canal do Brasília Ambiental possivelmente ele vai ser incluído também no canal da Agência Brasília para que ele possa ficar disponível durante todo esse período eleitoral onde os canais, as redes sociais dos órgãos que compõem o GDF eles ficam suspensos repetindo a publicidade eleitoral. Então, o canal da Agência Brasília é um canal oficial que vai abrigar tanto o vídeo quanto a documentação referente à audiência pública. Demais informações constam no regulamento da audiência pública que pode ser acessado pelo site do Brasília Ambiental. A duração da audiência pública conforme dito no início a duração de duas horas podendo ser acrescida de mais trinta minutos respeitando ainda o intervalo de quinze minutos que é destinado entre o final da exposição técnica e o início da leitura aqui dos questionamentos para que a gente possa durante esse intervalo poder organizar os questionamentos que são encaminhados e dar prosseguimento a audiência pública. A audiência pública é dividida em quatro etapas. Abertura incluindo a leitura do regulamento e das regras de funcionamento. A exposição técnica de até trinta minutos podendo ser concedido um tempo adicional de quinze minutos. O intervalo de quinze minutos e depois a apresentação das manifestações e as respostas pela mesa. Para o encaminhamento aqui da exposição aqui ao meu lado está o coordenador do estudo ambiental Rodrigo Melo Bajour representante da PETRIAN Consultoria e Projetos Ambientais que vai dar início da apresentação do RIVI. Após a apresentação a gente faz o nosso intervalo conforme dito aqui. Agora são 19h15 minutos a gente dar início a apresentação da exposição técnica passo a palavra para o Rodrigo para que possa prosseguir aqui com a audiência pública.

Senhor Rodrigo Melo (14:25)

Boa noite a todos. Estamos aqui todos no dia 21 de junho de 2022 reunidos para apresentação do relatório de impacto de vizinhança, o RIVI, do empreendimento LE GRAND JARDIN. Esse empreendimento fica localizado na Região Administrativa do Jardim Botânico e possui processo de licenciamento ambiental 0039100018652/2021-41. O estudo ele foi elaborado por uma equipe multidisciplinar (...) aqui está dizendo não é possível compartilhar sua tela. Ocorreu um erro de compartilhamento (...) nós vamos compartilhar a tela agora...não...não..está normal...não está apresentando?... Então, tá, desculpa gente o probleminha técnico. Vamos retomar a apresentação. Então, estamos hoje aqui no dia 21 de junho de 2022 para apresentar o relatório de estudo de impacto de vizinhança, RIVI, do empreendimento LE GRAND JARDIN. Esse empreendimento ele está situado na Região Administrativa do Jardim Botânico e possui processo de licenciamento ambiental 0039100018652/2021-41. O relatório de impacto de vizinhança é um estudo realizado por uma equipe multidisciplinar composta pelo coordenador e também coordenador do meio físico, que sou eu, Rodrigo Barjour, geólogo, engenheiros florestais, engenheiros ambientais e biólogos de todos os grupos faunísticos. Equipe de arquiteta e urbanista. Engenheira ambiental relacionada a topografia e engenheiros civis. Os documentos utilizados para elaboração desse documento foi o termo de referência expedido pelo IBRAM. A autorização ambiental número 10/2022 para coleta e captura de fauna. O plano de manejo da APA do Planalto Central. O zoneamento ecológico econômico. O zoneamento ecológico econômico da APA do Planalto Central. Desculpa, O plano de manejo da APA do Planalto Central. O zoneamento ecológico econômico do DF. O plano diretor de ordenamento territorial e as legislações ambientais federais, distritais e das resoluções CONAMA, da ADASA, CONAM E IBRAM. Foram utilizados os dados da CODEPLAN e as respostas das cartas consultas realizadas pelas concessionárias prestadoras de serviços, a saber, CAESB, energia, SLU e Novacap. Então, qual é a natureza do empreendimento? Estamos aqui para discutir um parcelamento de solo urbano de uma área de 38.68 hectares situada na Região Administrativa do Jardim Botânico. A ideia do projeto é desenvolver lotes para uso residencial, comercial e institucional. A gente vai discutir esse projeto mais na frente na apresentação. Onde ele está localizado? O empreendimento está localizado na região sul/sudeste. Ele está na Região Administrativa do Jardim Botânico. Essa linha marrom marca a divisa da região administrativa aqui a gente tem a região de São Sebastião. E os principais acessos são pela DF140 e pela BR 251. A área está situada em propriedade particular. Foi realizada uma carta consulta pela empresa ARIA que é quem está elaborando o urbanismo e os projetos de infraestrutura. E a TERRACAP por meio da carta 58/2022 de 21 de janeiro informa que o imóvel não pertence ao patrimônio da TERRACAP. De acordo com o zoneamento, PDOT, a gente está situado em zona urbana de expansão e qualificação que é essa área verde e que está limitada pela zona rural de uso controlado, a leste, e a zona urbana de uso controlado (?) que é o setor Habitacional Tororó a oeste. De acordo com o zoneamento ambiental ela está situada na APA do Planalto Central em uma zona urbana de uso sustentável que é uma zona que permite esse tipo de empreendimento que é o parcelamento de solo urbano com as suas restrições, logicamente, vamos discutir lá na frente. De acordo com zoneamento ecológico econômico está em uma subzona diversificação e de serviços ecossistêmicos 6 e dentro do zoneamento ecológico econômico dos riscos que existem e da classificação dos riscos predominantes. Nós temos os quatro riscos principais riscos de contaminação de subsolo, o risco de perda de cerrado nativo, risco de perder a carga aquífera e o risco de perda de solo por erosão. No que tange o risco de contaminação de solo o ZEE define a área como de muito baixo com pequenas áreas de alto risco. Risco de perda de cerrado ele é alto, mas existem grandes áreas ausentes de cerrado nativo. Risco de perda de recarga de aquífero é baixo com áreas onde ele é médio. E risco de perda de solo por erosão ele é muito alto nas áreas que tem uma declividade e baixo nas áreas mais planas. No que tange a situação do empreendimento as unidades de conservação ela não está inserida em nenhuma unidade de conservação e dentro do raio de dois quilômetros ele se encontra na APA do Rio São Bartolomeu. Então, a situação da área hoje. Então, a gente tem área de vegetação nativa. Áreas onde foram desenvolvidas atividades agropsicupastoris que é esta área mais plana aqui. Existem algumas antigas caixas que foram construídas para de tanques de piscicultura para desenvolvimento dessa atividade. Essas caixas hoje elas estão desativadas. E aqui existe uma bacia de detenção que segura um pouco a água que vem de montante. No interior da área existe um canal de irrigação que abastece as propriedades rurais. Esse canal de irrigação ele vem do ponto de terra da nascente do ponto de terra e chega até o Córrego Santa Bárbara lá em baixo. Então, aqui está a extensão toda do canal de irrigação e aqui a poligonal da área. Aqui a imagem definindo bem o curso do canal de irrigação. A gente vê que ele é bastante retilíneo. Margem construída e cavada. Fizemos uma análise para verificar realmente o histórico desse canal de irrigação com fotos aéreas fornecidas pelo estado de 1965 e 1978 e aqui a gente comprova facilmente verificada que não existe nenhum tipo de curso de água dentro do empreendimento. A imagem de 65 e 78. O diagnóstico ambiental. Então, o diagnóstico ambiental estudamos o meio físico e o meio biótico. E dentro do meio físico a hidrografia, os solos, a geologia, hidrogeologia e geomorfologia. No que tange a hidrografia o empreendimento está situado na hidrografia do Córrego

Cachoeirinha. Aqui está o ponto de terra. As atividades mais desenvolvidas nessa bacia quando se estuda ela como um todo existem parcelamento de solo próximos aqui o condomínio (?). Mas a grande maioria com atividades rurais. Foram realizadas coletas de água tanto no Ribeirão Cachoeirinha como no canal de irrigação em dois pontos. No ponto montante e jusante do canal para a gente pode utilizar esses dados nos programas ambientais não existe nenhuma intenção do empreendedor em desfazer desse canal de irrigação. A ideia que ele se mantenha aí que continue abastecendo a população. E feito coleta também no Ribeirão Cachoeirinha que é o ponto que vai ser feito o lançamento de drenagem pluvial. Aqui são fotos das coletas realizadas. No que tange a geologia foram identificados três unidades, uma unidade do grupo canastra que são (?) que está aqui em verde que é área mais baixa da propriedade. A formação do Córrego Sansão da unidade Paranoá, do grupo Paranoá que pega esses ritinitos aqui da borda dessa encosta. E a formação do Ribeirão Contagem que são quartzitos (?) que ficam na parte mais alta. No que tange a hidrogeologia local a gente tem o subsistema F que está associado ao grupo canastra. Um subsistema R3Q3 que são os quartzitos e o subsistema R4. Nas classes de solo nós temos o latossolo na parte mais plana. O cambissolo nessa borda de latossolo. Temos o neossolos litóricos e só uma pequena manchazinha de gleissolo aqui. Então, são fotos do local. Então, uma foto do latossolo. Foto de uma (?) ferruginosas que estão associadas aos cambissolos e os gleissolos. No que tange a geomorfologia nós temos um plano elevado. Temos uma rampa íngreme e vale secado aqui em baixo. Então, a declividade sendo confrontada com que a gente falou em geomorfologia. Então, temos as partes mais planas aqui em cima plano elevado. A parte do vale (?) aqui a parte mais baixo aqui e as rampas aqui. No que tange então, o diagnóstico ambiental na parte de flora e fauna. Então, na parte de flora foi feito um levantamento por meio de parcelas nas áreas onde a vegetação nativa ainda está preservada e senso da identificação de árvores isoladas nas áreas onde já houveram atividades agropastoris. Então, aqui uso de trena para definição de parcelas de suta para medição das árvores. Aglomeração das árvores. As árvores que foram levantadas foram numeradas e o podão para retirada de material e identificação das árvores. Então, chegou-se a essa conclusão, o mapa da flora da região a gente identificou área de cerradão, área de cerrado típico, área de cerrado rupestre, cerrado ralo e a parte onde se identifica as árvores isoladas que é essa parte onde foram desenvolvidas atividades agrárias. Então, está aqui toda a composição da vegetação identificada. Então, a gente tem grande percentual de cerradão seguido de uma grande área que está antropizada. No que tange o a fauna, a fauna terrestre, foram feitas amostragens na área de estudo que é esse polígono vermelho e aqui são os pontos de coleta. Foram utilizadas as armadilhas. Então, aqui temos a armadilha fotográfica, armadilha de interceptação e queda, armadilha marcher. Foram avaliadas pegadas, fezes e entrevistas também com funcionários sobre mastofauna. Então, os animais encontrados foram a cuíca-graciosa, sagui de tufo pretos, cachorro do mato, irara, rato do mato, camundongo do mato e rato pixuna. Na herpetofauna a mesma coisa. Armadilhas de interceptação e queda e busca ativa. E na herpetofauna esses foram os animais que nós encontramos a rãzinha, pererecas, rãs, essa jiboia que está fotografada e calangos. Na ornitofauna 114 espécies de aves distribuídas em 14 ordens e 42 famílias. Foi na ornitofauna que, que estuda a fauna, foi o grupo que identificamos o maior número de animais que natural que isso aconteça. Aqui no estudo da entomofauna armadilha, aqui está a isca, (?) e as armadilhas com garrafas pet. E chegamos a esses núcleos de entomofauna chegamos ao levantamento dessas abelhas (?), da arapuá e grande variedades de abelhas de orquídeas. Na fauna aquática foram feitas coletas no Córrego Cachoeirinha, dois pontos, em virtude de a gente ter um entendimento de como está essa bacia hidrográfica e seu ponto de recebimento das águas pluviais e um ponto de córrego Passagem de (?). Aqui fotos também do dia das coletas. Com redes de arrasto e com peneira. Ressaltando que todas essas fotos que eu estou mostrando são fotos dos levantamentos realizados. Então, os resultados da ictiofauna o levantamentos dos peixes foram lambaris de três espécies, guppy, bagrinho preto, jundiá, e o cascudo. No que tange o diagnóstico ambiental da infraestrutura. Então, a área é desprovida de sistema de água, de esgotamento sanitário e drenagem pluvial. Energia elétrica existe rede, mas vai precisar fazer um reforço e SLU eles prestam serviços na região. Então, aqui estão as respostas das consultas realizadas as concessionárias. Então, a CAESB se manifestou a respeito da água que não sistema de abastecimento de água implantado que será viável o atendimento quando tiver o sistema Paranoá em funcionamento e que nesse momento até que o sistema Paranoá entre em funcionamento deverá ser feito a solução independente ao abastecimento que a gente opta pelo uso de poços. Rede de esgoto a mesma situação lá não existe sistema de esgotamento sanitário, não existe rede de coleta e a CAESB indica também a solução independente por meio de fossas, inclusive, a CAESB indica o esquema de fossa ser adotada. Energia elétrica a Neoenergia disse que tem rede, mas que precisa haver um investimento e o empreendedor vai ter que submeter o projeto elétrico a aprovação a distribuidora e implantar a infraestrutura básica na rede de distribuição elétrica e iluminação pública. Quanto a drenagem a mesma situação. Lá não existe rede de drenagem e o empreendedor deverá realizar essa construção desse empreendimento elaborando um projeto de drenagem pluvial completo e específico para o local, sendo que deve atender a resolução da ADASA e a vazão de lançamento de 24,4 litros por segundo. Quanto a SLU, a SLU afirma que já presta serviço na região próximo a DF140 e que teria condições de atender ao empreendimento. No que se refere ao urbanismo a poligonal o empreendimento já possui diretrizes urbanísticas específicas que é a DIUPE 03 de 2022. Existe o processo aberto lá na SEDUH e essas diretrizes urbanísticas elas respeitas as diretrizes gerais que é a DIUR 07 de 2018 da região

sul/sudeste. Então, o urbanismo ele teve alguns desafios para poder tanto atender a DIUPE tanto para atender as normas ambientais. Então, o que a DIUPE a princípio já relata que deverão ser respeitadas as áreas de alta declividade de acordo com o levantamento topográfico que já consta no processo. Atentar-se para o canal de irrigação que nós já comentamos agora. Respeitar o plano de manejo da APA do Planalto Central e o zoneamento ecológico econômico no que diz as questões dos riscos que nós já discutimos e a questão da APA do Planalto Central principalmente na questão do respeito a impermeabilidade do solo que é definida em 50 por cento na zona de uso sustentável em projetos de urbanismos. Indica ainda incentivar os dispositivos de retenção e recargas de aquíferos. Então, esse seria o projeto urbanismo. Então, tem uma imagem dele sobre imagem de satélite e uma figura deslocada as duas plantas são idênticas só para a gente ter uma noção com base no urbanismo. Então, a ideia principal atender aos 50 por cento de impermeabilidade isso foi buscado com base na preservação dessas áreas verdes que estão aqui, de alta declividade também e as áreas verdes ao longo desse sistema viário principal. Foi também priorizado criação de áreas verdes diversificadas ao longo do parcelamento de maneira que a fauna consiga transitar por esses espaços. O canal de irrigação foi preservado como vocês podem ver e, também, respeitada a de alta declividade. Serão sete condomínios aqui. E essas áreas verdes elas terão acesso direto a esse sistema viário que é público. Essa pista principal ela tem acesso público da comunidade. Então, as pessoas vão poder usufruir desses espaços verdes e, também, existe a ideia de fazer um espaço com trilhas, praças e espaço de convivência nessas áreas verdes que ficam preservadas aqui. No que tange o projeto de urbanismo então, serão 379 lotes. Existem os coeficientes de aproveitamento básico e de taxa de impermeabilidade básica estabelecidos na LUOS que indicam uma permeabilidade mínima de 20 por cento nos lotes de uso residencial e no projeto está adotando 40 por cento justamente para aumentar a permeabilidade, otimizar a infiltração, respeitar o zoneamento da APA. No total os vamos ter 50.23 por cento estabelecidos na legislação de impermeabilidade. Como a gente disse anteriormente o projeto tem sistema independente de abastecimento de água onde serão perfurados sete poços tubulares. Esses sete poços tubulares eles já foram solicitados outorga da ADASA perfuração dos poços e interligação no sistema da CAESB que vai ser fornecido para a CAESB e hoje nós já temos um parecer favorável da ADASA para perfuração desses sete poços. Então, esses sete poços serão interligados por meio de uma rede adutora. Aqui em cima na parte mais alta nós teremos um sistema de reservação e uma unidade de tratamento simplificada e depois faremos a distribuição de água para todos os condomínios por meio dessa rede que estamos vendo aqui. Então, nós temos uma rede de distribuição primária que passa a virar sistema principal e depois essa rede interliga ao sistema de redes secundário que estão internos aos condomínios. Aqui o esquema de projeto de esgotamento sanitário indicado pela CAESB para a gente implantar empreendimento por meio de fossas assépticas e sumidouro respeitando a norma NBR 7229 e a 3969. E aqui o projeto de drenagem do empreendimento. Então, essa linha azul indica as redes projetadas. Esses polígonos azuis claros eles são as caixas de infiltração e de detenção que estão sendo projetadas para o empreendimento que vai lançar em uma bacia de detenção e um dissipador no Córrego Cachoeirinha. Respeitando a vazão de 24,4 litros por segundo conforme estabelecido pela ADASA e pela NOVACAP. Então, no que tange os principais impactos ambientais. Na fase do planejamento se espera a maioria dos impactos são positivos, por quê? Por que nesse momento é onde há e já existe a geração de emprego e renda em função projetos que estão envolvidos na elaboração dos estudos. A modificação da estrutura territorial do entorno por que você já começa a experimentar uma melhor organização dos espaços das propriedades vizinhas. Adequar o uso de ocupação do solo e de como isso de trata de uma área urbana é natural que os empreendimentos vizinhos sabendo do planejamento as propriedades vizinhas já começam a vislumbrar de repente um uso futuro, também, da mesma forma como uso urbano e conseqüentemente uma ocupação ordenada do território. Na fase de instalação por se tratar de obra civil de parcelamento de solo é inevitável que a gente experimente alterações da cobertura vegetal, mudanças por conta da supressão é natural e por isso se tem a compensação florestal. Mudança no comportamento da fauna em função da presença humana. Os riscos de alteração do solo por conta de erosão que são impactos que são mitigados e controlados. Os riscos também de contaminação do solo, também, são controlados e mitigados, mas são os riscos inerentes ao trânsito de máquinas e veículos. A geração de resíduos da construção civil. A geração de ruídos e particulados suspensos. E riscos, também, de poluição das fontes de água. Mas como positivo o que nós temos nós temos a ocupação ordenada do território atendem as normas urbanísticas uma vez que o processo está passando por todos os ritos do licenciamento desde ambiental até o urbanístico. Nós temos os investimentos em infraestrutura como foi dito vão ser construídos rede de drenagem que inevitavelmente acabam possibilitando a interligação de outras propriedades. Até por que essas redes elas são doadas para o poder público para as concessionárias e comumente as concessionárias reutiliza essa infraestrutura em outros empreendimentos que chegam ali na região. A geração de emprego e renda durante as obras. Estabelecimento de relações sociais e comerciais uma vez que essas pessoas estão trabalhando ali na região elas passam a se utilizarem dos estabelecimentos comerciais locais. Isso faz com que haja arrecadação de impostos e tributos que isso se torna um reinvestimento na região. Durante as obras você tem um aperfeiçoamento técnico devido a execução dos programas ambientais, assim como, aperfeiçoamento técnico de novas atividades construtivas. E também, desenvolvimento de tecnologias de novos procedimentos. E durante a operação você com implantação do parcelamento você tem uma certa contenção do cerrado nativo, mas

isso é controlado ao longo do tempo com a ocupação as pessoas vão utilizando as áreas verdes, fazendo a recuperação das áreas, plantio nos seus próprios terrenos, você continua tendo a mudança de comportamento da fauna, mas menor do que na fase de instalação. Alteração do microclima é natural e alteração da qualidade do ar em função de uma mudança de ambiente, mas em contra partida, você tem a consolidação da zona urbana que já está previsto para o local por ser uma zona urbana definida pelo PDOT. Você tem ocupação ordenada do solo pelo mesmo motivo por que o empreendimento ele está cumprindo com todos os ritos. Então, isso evita que haja ocupação por meio de usos irregulares. Você tem uma maior oferta de equipamentos públicos, por que com a aprovação do projeto de urbanismo pela 6766 você tem que criar, a gente tem que criar os terrenos que são destinados aos equipamentos públicos e esses equipamentos públicos serão fornecidos para comunidade local. Você tem a oferta de moradias para atender a classe que necessita, residir ou outros que até transferem residir naquela região. Você tem a geração de emprego, renda e tributos que retornarão para investimentos na região, além do estabelecimento das relações comerciais e sociais em virtude dessa nova população que vem morar no local. Então, como principal medida mitigadora e os programas ambientais para reduzir os impactos de riscos negativos. Nós temos o programa de monitoramento de ações de limpeza do terreno, remoção da vegetação e movimento de terra, os programas de monitoramento de efluentes das obras, os programas de monitoramento de ruídos de obras, o programa de monitoramento, sinalização e controle de tráfego na obra, o programa de monitoramento de processos erosivos, programa de monitoramento da vigilância sanitária ambiental, programa de monitoramento de educação ambiental que esse é um dos mais importantes por que orientando adequadamente os funcionários e os futuros residentes você tem realmente uma grande redução de riscos e de impactos. O programa de monitoramento de gerenciamento de resíduos sólidos importantíssimo e o programa monitoramento de recursos hídricos superficiais que vai ser adotado tanto no Córrego Cachoeirinha quanto no canal de irrigação. Então, quais são as conclusões? A área de estudo ela está inserida em zona urbana do DF, o projeto está adequados a sua localização, o projeto de urbanismo preservou as áreas ambientalmente mais sensíveis propondo a manutenção de grandes remanescente de vegetação e buscando integração do projeto ao ambiente respeitando os regramentos do zoneamento da APA do Planalto Central e no zoneamento ecológico econômico. O empreendedor realizará os investimentos necessários para incremento da infraestrutura fundamental para o seu funcionamento de acordo com as diretrizes apontadas pelas concessionárias. Os impactos ambientais negativos avaliados por este estudo podem ser controlados por meio das medidas preventivas e dos programas que eu listei anteriormente. Por melhorizações compensatórias que também serão executadas ao longo do processo de licenciamento mais precisamente durante a fase de execução do empreendimento que está associada à licença de instalação. Então, por todo esse exposto essa equipe avaliou como ambientalmente viável o desenvolvimento do parcelamento de solo urbano.

Senhor Antonio Terra (47:21)

Obrigado, Rodrigo pela apresentação. A gente bateu aqui o nosso tempo. Extrapolou apenas três minutos da questão dos trinta minutos que é destinada a exposição técnica e dentro do prazo previsto de tempo adicional. Nesse momento a gente passa para fazer o nosso intervalo e aguarda o encaminhamento das contribuições. Eu vou pedir para o pessoal deixar na tela, a tela de intervalo, onde tem o e-mail e o WhatsApp para que as contribuições possam ser encaminhadas. Eu vou só reforçar aqui o convite para todo mundo encaminhe suas contribuições, seus questionamentos, suas manifestações por que é importante esse momento para que o processo de licenciamento seja aprimorado e essas contribuições são valiosas para que sejam agregadas dentro do processo. A equipe que analisa o estudo ambiental ela se apodera dessas manifestações para que possa avaliar o estudo ambiental para pedir alguma adequação, alguma complementação ou mesmo nas questões condicionantes, restrições ambientais, análises de projeto. Então, essa contribuição da comunidade é importante para que o processo de licenciamento seja aprimorado. Em relação às contribuições pelo WhatsApp só para reforçar o número (61) 99248 9698, pelo e-mail licenciamento.ibram@gmail.com ou também pelo chat aí do canal do YouTube onde está sendo transmitindo a audiência pública. São 19H50 minutos então, a gente vai dar início ao intervalo da audiência pública retornando as 20H05 minutos para que a gente possa apresentar as contribuições e fazer as manifestações aqui pela mesa também. Obrigado.

Áudio P2

Senhor Antonio Terra (00:01)

Boa noite. Voltamos aqui após o nosso intervalo da audiência pública a gente ainda não recebeu nenhum questionamento. Nesse momento a gente reforça que a participação dos interessados, de todas as pessoas afetadas,

comunidade afetadas pelo empreendimento que queira se manifestar é importante suas contribuições serem apresentadas e ficarem registradas aqui na audiência pública. Então, vou repassar novamente os contatos é o WhatsApp (61) 99248 9698 o e-mail licenciamento.ibram@gmail.com. Também há possibilidade de apresentar as contribuições pelo chat do canal do YouTube onde está sendo feita aqui a transmissão da audiência pública. É importante lembrar também que após a audiência pública as pessoas em detrimento de terem participado ou não da audiência pública podem ainda apresentar suas manifestações. Esse vídeo da audiência pública fica disponível no YouTube do Brasília Ambiental e as contribuições podem ser apresentadas em até 10 dias após a realização da audiência pública sendo encaminhada pelo e-mail licenciamento.ibram@gmail.com ou pelo e-mail sulam@ibram.df.gov.br. A gente vai aguardar aqui mais cinco minutos aguardando alguma contribuição e retornamos aqui para que a gente possa apresentar as contribuições ou então, para que a gente faça o encerramento da audiência pública. Obrigado.

Áudio P3

Senhor Antonio Terra (00:01)

Bom pessoal, estamos retornando aqui para continuidade da audiência pública. A gente não teve nenhum questionamento, nenhuma manifestação que foi encaminhada aqui para a mesa. Então, a gente passa a nossa quarta etapa aqui da audiência pública que é o encerramento da audiência. Lembrar que o vídeo fica disponível no canal do YouTube aqui do Brasília Ambiental. A documentação disponível lá no site do órgão também e que posteriormente esses documentos vão ser incluídos também no site da Agência Brasília e a audiência pública também lá no YouTube da Agência Brasília respeitando as questões de publicidade eleitoral nos três meses que antecedem a eleição. Então, os canais, as redes sociais do IBRAM eles ficam suspensos em respeito aos normativos vigentes. Lembrar também que as próximas audiências que a gente realizar já vão ser todo trâmite junto lá com a Agência Brasília. Dando continuidade então, fazer a leitura final aqui para que a gente possa encerrar a audiência pública. O processo de licenciamento 0039100018652/2021-41 empreendimento LE GRAND JARDIN localizado na Região Administrativa do Jardim Botânico, quilometro quatro da Rodovia DF140. Tipo de licença: licença prévia. Tipo de atividade: parcelamento de solo urbano. O interessado LE GRAND JARDIN Empreendimentos Imobiliários Limitada e a apresentação que foi feita do estudo ambiental preparado pela PETRIA e Consultoria e Projetos Ambientais e DANKE Consultoria. Nesse momento a gente encerra aqui a audiência pública. Agora são 20H18 minutos damos encerramento a audiência pública e agradecemos a participação de todos. Desejamos uma boa noite e até a próxima audiência. Obrigado.